

## ATA NÚMERO SETENTA E DOIS ( 72 )

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas reuniu em sessão Ordinária a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de São Vicente da Beira, nas respetivas instalações, sitas no largo de São Sebastião, da referida freguesia de São Vicente da Beira, a qual foi devidamente convocada ao abrigo do número dois e do artigo vinte e dois do Compromisso desta Instituição e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-Ponto um: Aprovação e Votação das contas do ano 2018.-----

-Ponto dois: Apreciação e Deliberação sobre a alienação de bens imóveis e de outros bens patrimoniais (do Artigo 21 nº 1, alínea g)-----

-Ponto três: Outros assuntos-----

Estiveram presentes quinze irmãos conforme lista de presenças anexa à presente ata. Também esteve presente o senhor João Ramalho, o qual foi convidado na qualidade de Contabilista Certificado desta Instituição.-----

O Presidente da Assembleia Geral senhor Doutor João Guilherme Macedo Dória deu início aos trabalhos com a leitura da convocatória e como o secretário da mesa da Assembleia Geral não estava presente convidou um dos irmãos presentes para substituir o secretário, tendo ficado o irmão João Fernandes. De seguida deu a palavra ao senhor João Ramalho Contabilista Certificado da Instituição o qual procedeu à apresentação das contas do ano de dois mil e dezoito salientando que as mesmas apresentavam um resultado líquido negativo no valor de 14.827,43 € (catorze mil oitocentos e vinte e sete euros e quarenta e três cêntimos). Seguidamente tendo presentes a demonstração de resultados, o balanço, anexo ao balanço, demonstração dos fluxos de caixa, balancetes e demais documentação passou à análise detalhada dos gastos e rendimentos verificados durante o ano. Salientou seguidamente que os gastos do ano totalizaram 602.609,56 € (seiscentos e dois mil seiscentos e nove euros e cinquenta e seis cêntimos) analisando detalhadamente as diversas rubricas e valores que estiveram na sua origem. (custo das matérias e materiais consumidos, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal, gastos de depreciação, outros gastos e gastos de financiamento), referindo comparativamente os valores do ano anterior, salientando como mais significativas as variações verificadas nos Gastos do Pessoal e nos Gastos de depreciação em virtude de terem sido utilizadas as quotas mínimas 50% (cinquenta por cento ) Referiu ainda que os Gastos registaram uma diminuição de 25.845,74 € ( vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos) menos 4,1 % ( quatro virgula um por cento ).-----

Salientou seguidamente que os rendimentos do ano totalizaram o valor de 587.782,13 € (quinhentos e oitenta e sete mil setecentos e oitenta e dois euros e treze cêntimos), analisando detalhadamente as diversas rubricas e valores que estiveram na sua origem (prestação de serviços, subsídios à exploração, outros rendimentos e Juros dividendos e outros rendimentos similares), referindo comparativamente os valores do ano anterior, salientando como mais significativas as variações verificadas nas prestações de serviços, e outros rendimentos. Referiu ainda que os Rendimentos registaram uma diminuição de 26.074,57 € (vinte e seis mil setenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos), menos 4,2 % (quatro virgula dois por cento), resultantes essencialmente da quebra das receitas dos utentes por força de algumas alterações estruturais que se tiveram de fazer.-----

Seguidamente passou à análise dos valores do balanço explicando detalhadamente as diversas rubricas e valores do ativo, passivo e fundos patrimoniais (caixa, depósitos

bancários e aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, investimentos e fundos patrimoniais).-----

Seguidamente o senhor Provedor João Benevides Prata apresentou alguns factos relevantes e extraordinários verificados no ano de dois mil e dezoito e informou algumas das medidas que estão a ser tomadas para nos próximos anos haver uma redução dos custos fixos.-----

O senhor Presidente da Assembleia Geral deu seguidamente a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Fiscal, senhor Francisco Eduardo Candeias Martins, para se pronunciar sobre o parecer do Conselho Fiscal, tendo o mesmo afirmado que o Conselho Fiscal tinha decidido por unanimidade dar um parecer favorável á aprovação das contas do ano de dois mil e dezoito.-----

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Geral submeteu as contas do ano de dois e dezoito a votação da Assembleia Geral, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.-----

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, apreciação e deliberação sobre a alienação de bens imóveis e outros bens patrimoniais, tomou a palavra o Sr. Provedor e solicitou à Assembleia o parecer e deliberação sobre a alienação das casas doadas à Santa Casa da Misericórdia pela menina Ascensão Silva e pela família do utente António Ambrósio. A Assembleia deu o seu parecer favorável sobre este assunto, no que diz respeito à sua avaliação e venda. No entanto logo que haja alguma oferta para compra destes prédios, a Mesa Administrativa deverá convocar a Assembleia para reunião extraordinária, no sentido de informar sobre o valor oferecido e então será dado novo parecer sobre o valor em causa e futura venda. O Sr. Provedor falou sobre a carrinha de nove lugares, que a Santa Casa possui, e da intenção de ser colocada para venda, dado não ser muito utilizada porque se torna muito grande e pouco funcional. Também existem outros imóveis nas mesmas condições mas ainda não existem elementos para apresentação de propostas. -----

Deu-se início ao ponto três da convocatória, outros assuntos, em que o Sr. Provedor tomando a palavra informou a Assembleia do processo a decorrer da Legalização do edifício da Santa Casa, que está pendente devido a um documento a aguardar a que seja emitido pelas finanças com o total da área do prédio. Logo que este documento esteja pronto, deverá ser entregue na Câmara Municipal, e assim solicitar a legalização do mesmo, esperando que com este documento fique concluído este processo. Seguidamente falou de soluções para reduzir despesas para equilibrar as contas da Instituição. Estas soluções passam por redução de n.º de funcionárias; reduzir os utentes do bairro (não legalizado pela segurança social); arrendar as casas do bairro quando os utentes estiverem todos transferidos para o edifício principal; trazer a água da mina para a lavandaria; aumentar o n.º de irmãos para haver maior número de quotas a pagar. Falou também em por em prática o artigo 27º (competências da Mesa Administrativa) alínea j). O Sr. Provedor mencionou o pedido de equilíbrio financeiro à Segurança Social feito a vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezoito, no valor de cem mil euros e pedido de uma carrinha de cinco lugares, e o envio do parecer favorável em setembro de dois mil e dezoito da segurança Social para o Sr. Ministro da Segurança Social. Ainda não foi dada resposta de Lisboa.-----

O irmão João Fernandes pediu a palavra, e pediu um esclarecimento sobre as casas do bairro e o arrendamento das mesmas, ou seja, se ao arrendar fica a usufruir dos serviços

de almoços, tratamento de roupas e alimentação por parte do lar. O Sr. Provedor esclareceu que fica a usufruir desses serviços não podendo utilizar as instalações da instituição. A electricidade e água também é paga pelo inquilino. Depois deste esclarecimento o Irmão João Fernandes pediu que fosse homenageado com uma salva de palmas o irmão/utente Manuel Pereira pelo serviço prestado à Instituição a custo zero, no tratamento da horta e Jardim. -----

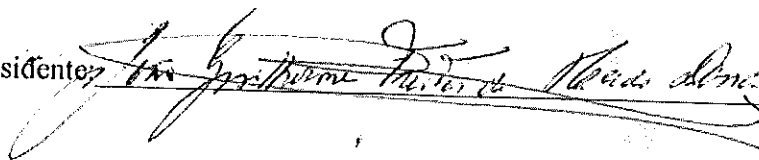
A mesa administrativa falou sobre a semana santa e na organização das procissões, nomeadamente no pessoal necessário para levar os andores, bandeiras, no arranjo dos andores, etc. Solicitando toda a ajuda possível por parte dos irmãos.-----

Seguidamente o Senhor Provedor convidou os irmãos presentes a ir visitar as duas casas propostas para venda.-----

A irmã Joana Santos pediu que ficasse registado em ata todo o esforço que esta mesa administrativa tem levado a cabo, para dar conta das dificuldades que têm surgido no que diz respeito à parte financeira da Instituição. Em todo o trabalho levado para a legalização do edificio e nas dificuldade encontradas pelo caminho para levar até ao fim este processo. Na tentativa de que esta Santa Casa de Misericórdia que é de todos nós continue em frente tentando arranjar soluções viáveis face aos problemas que aparecem, não desistindo e dando a cara. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas dezoito horas e trinta minutos o senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a reunião e para que conste, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.-----

O Presidente:



A Vice-Presidente



O Secretário:



